

Ata da 4ª (Quarta) reunião ordinária da Câmara Municipal de Capitólio – MG, em sua 18ª (décima oitava) legislatura. Aos 11 (onze) dias do mês de Março de 2019, às 19:00 (dezenove) horas, na sala de sessões legislativas, sob a presidência do Sr. Hélio Gonçalves dos Santos, estavam reunidos os seguintes vereadores: Renato Antônio de Oliveira – vice-presidente, Renato José da Silva – secretário Alisson Santos Almada, Elias Antônio Chaves, Carlos Costa, Darcio Alves Costa, Flávio Soares Júnior e Geraldo Vianey de Oliveira. Cumprimentando a todos os presentes e antes de declarar abertos os trabalhos, o Sr. Presidente pediu ao vereador Darcio para fazer uma oração. Logo em seguida o secretário Renato José fez a leitura das atas anteriores sendo da terceira reunião ordinária e a segunda reunião extraordinária de 2019, as quais foram aprovadas por todos vereadores presentes. Em seguida foi feita a leitura dos Projetos de Leis nºs 25 e 26/2019, os quais seguem transcritos: **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 25 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2.019. “Abertura de crédito adicional especial para compra de material de consumo para atenção básica recurso convênio do estado.”** JOSÉ EDUARDO TERRA VALLORY, Prefeito do Município de Capitólio, Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Artigo 49 da Lei Orgânica Municipal, propõe a seguinte Lei: Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial para compra de material de consumo para atenção básica recurso convênio do estado, na seguinte dotação orçamentária: DOTAÇÃO. 02 – Executivo. 02.05 – Fundo Municipal de Saúde. 02.05.10 – Saúde. 02.05.10.301 – Atenção Básica. 02.05.10.301.0004 – Saúde Qualidade de Vidas para Todos. 02.05.10.301.0004.2174 – Aquisição de Material de Consumo Atenção Básica – Rec. Convênio. 02.05.10.301.0004.2174.339030 – Material de Consumo. R\$142.516,08 (cento e

quarenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos). Art. 2º Constituem fontes de recursos para a abertura de crédito adicional especial prevista no artigo anterior, no valor de R\$142.516,08 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos), em conformidade com o inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, provenientes de superávit financeiro. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Capitólio, 28 de fevereiro de 2019. JOSÉ EDUARDO TERRA VALLORY. Prefeito Municipal. **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 26 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2.019. Dispõe sobre “Abertura de crédito adicional especial para compra de consultório odontológico com recurso do ministério da saúde, e dá outras providências”.** JOSÉ EDUARDO TERRA VALLORY, Prefeito do Município de Capitólio, Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Artigo 49 da Lei Orgânica Municipal, propõe a seguinte Lei: Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial para compra de

consultório odontológico com recurso do ministério da saúde, na seguinte dotação orçamentária: DOTAÇÃO. 02 – Executivo. 02.05 – Fundo Municipal de Saúde. 02.05.10 – Saúde. 02.05.10.301 – Atenção Básica. 02.05.10.301.0004 – Saúde Qualidade de Vidas para Todos. 02.05.10.301.0004.1066 – Aquisição de Consultório e Equipamentos Saúde Bucal. 2.05.10.301.0004.1066.449052 – Equipamentos e Material Permanente. R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Art. 2º Constituem fontes de recursos para a abertura de crédito adicional especial prevista no artigo anterior, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em conformidade com o inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, provenientes de superávit financeiro. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Capitólio, 28 de fevereiro de 2019. JOSÉ EDUARDO TERRA VALLORY. Prefeito Municipal. Após a leitura o Presidente falou se todos estiverem de acordo vai colocar os projetos em discussão e não havendo objeção por parte dos vereadores foi feita a leitura dos pareceres jurídicos e das comissões permanentes os quais manifestaram pela legalidade e constitucionalidade dos mesmos. Colocando os projetos em votação sendo o **Projeto de Lei nº 25 de 28 de Fevereiro de 2019 que dispõe sobre credito adicional especial para compra de material de consumo para atenção básica recurso convênio; Projeto de Lei nº 26 de 28 de Fevereiro de 2019 que dispõe sobre credito adicional especial para compra de consultório odontológico com recurso do ministério da saúde.** Os dois foram aprovados com oito votos favoráveis. O Presidente disse que o Projeto de Lei Complementar nº 24 de 19 de Dezembro de 2017 que disciplina o exercício do comércio ambulante em logradouros e vias públicas no município, e o Projeto de Lei Ordinária nº 22 de 14 de Fevereiro de 2019 que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para construção do estacionamento da praia artificial vai ficar para melhor análise. Falou que o vereador Renato Antônio pediu mais prazo para estudar o Projeto dos ambulantes, com relação ao Projeto de Lei nº 22/2019 o vereador Flávio vai reunir com o pessoal do turismo para levantar dúvidas e sugestões. Deixando a palavra livre o vereador Darcio disse que foi convidado pelo Padre João Veloso juntamente com o vereador Renato José para participar do tema da Campanha da Fraternidade que é "Fraternidade e Políticas Públicas", falou que o Padre não estendeu muito o assunto porque o tempo foi curto por isso não convidou os demais vereadores. Ainda com a palavra o vereador teceu comentários sobre a Coposa e sobre a renovação do contrato com a empresa e pediu ao Presidente desta Casa para postar no site da Câmara o contrato e o relatório da CPI da Copasa para conhecimento de todos. O vereador Flávio usando a palavra fez seus cumprimentos e disse que quanto ao Projeto de Lei nº 22/2019 que trata de abertura de crédito para construção do estacionamento da praia artificial de Capitólio, vai reunir com as associações turísticas e demais interessados para discutir se realmente tem necessidade de construir o estacionamento da prainha de Capitólio. Aproveitando a oportunidade o vereador pediu que faça uma indicação pedindo que seja feito os reparos necessários e limpeza da estrada Capitólio/Guapé em dois pontos (200 metros após o trevo da Ponta do Sol) e (500 metros antes da divisa), devido as constantes chuvas derrubaram o barranco nestes dois pontos e invadiram a pista. O vereador Renato José usando a palavra pediu encarecidamente um esclarecimento do Poder

Executivo relativo ao departamento de obras que tome providências na manutenção das estradas rurais de todo município. Deixou claro que os vereadores solicitam o serviço, mas quem tem autonomia para execução é o Chefe do Executivo. Ainda comentou sobre a falta de iluminação ao redor da Igreja Matriz que está muito precária. Falou também que tem lâmpadas queimadas da iluminação na orla. O vereador Darcio usando a palavra comentou sobre a Praça da Matriz e pediu novamente uma indicação pedindo que seja realizada a pintura na rampa de acesso a cadeirantes e deficientes que dá entrada na lateral da Praça da Matriz, porque infelizmente tem condutores que usam a vaga destinadas para cadeirante e deficientes. O vereador Renato Antônio teceu comentário sobre a construção dos banheiros da praça da Matriz, falou que foi informado pelo Chefe do Executivo que já foram publicados editais para esta finalidade várias vezes mas por motivos burocráticos não foi possível finalizar o processo licitatório para realizar a construção dos banheiros, por falta de empresas participantes. Fazendo uso da palavra o vereador Alisson falou que foi encaminhado ofício com o relatório da CPI da Copasa para a promotora e perguntou se a Câmara teve alguma resposta. Em resposta o assessor jurídico disse que não teve manifestação por parte da promotora de Piumhi sobre a tomada de qualquer medida, porém foi concluído no relatório da CPI que é mais fácil uma decisão política de não renovação do contrato do que jogar mais responsabilidade no Ministério Público. Não foi especificamente pedida uma medida judicial para o Ministério Público. Uma ação no Ministério Público pode demorar no mínimo de cinco a seis anos e o contrato da Copasa vence no ano de 2020. O vereador Alisson comentou que mesmo depois da CPI os problemas de falta de água ainda continua e que falta dois anos para o final do contrato, não sabe se vai renovar, mas em seu entendimento não deveria renovar. Falou que a Copasa perfurou dois poços artesianos na Ponta do Sol para atender a região. O vereador comentou também sobre o aumento dos cachorros nas rua da cidade, deve ser tomada providências urgentes nestes dois casos, os cachorros de rua e a Copasa. Ainda com a palavra o vereador Alisson falou a respeito da travessia fácil e quebra mola falou que em reunião com o Prefeito foi falado que o departamento de engenharia do Município está estudando a instalação de semáforo em alguns pontos da cidade e ou talvez a instalação de radar porque também inibe a velocidade sem a necessidade de quebra mola. O Presidente lembrou a todos os vereadores da reunião de Furnas na próxima quarta-feira dia 13 de março às 8:00 horas na Hidrelétrica de Furnas, disse que foi confirmada a presença da diretoria técnica para a reunião onde será demonstrado os laudos da barragem do Dique disse que depois na reunião em Furnas será feita a visita na barragem do Dique em Capitólio. Disse que devido aos rompimentos das barragens a Câmara está com ação preventiva, pois tem a barragem do Dique que está bem próxima da cidade. O Presidente pediu a presença de todos os vereadores e do assessor jurídico, falou que será comentado também nesta reunião sobre o canal do Rio Piumhi. E não havendo mais nada a tratar o Presidente declarou encerrada a sessão do dia. E eu secretário lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes. Capitólio, sala das sessões 11 de Março de 2019.

Ata da 4ª (Quarta) reunião ordinária da Câmara Municipal de Capitólio – MG, em sua 18ª (décima oitava) legislatura. Aos 11 (onze) dias do mês de Março de 2019, às 19:00 (dezenove) horas, na sala de sessões legislativas, sob a presidência do Sr. Hélio Gonçalves dos Santos, estavam reunidos os seguintes vereadores: Renato Antônio de Oliveira – vice-presidente, Renato José da Silva – secretário Alisson Santos Almada, Elias Antônio Chaves, Carlos Costa, Darcio Alves Costa, Flávio Soares Júnior e Geraldo Vianey de Oliveira. Cumprimentando a todos os presentes e antes de declarar abertos os trabalhos, o Sr. Presidente pediu ao vereador Darcio para fazer uma oração. Logo em seguida o secretário Renato José fez a leitura das atas anteriores sendo da terceira reunião ordinária e a segunda reunião extraordinária de

2019, as quais foram aprovadas por todos vereadores presentes. Em seguida foi feita a leitura dos Projetos de Leis nºs 25 e 26/2019, os quais seguem transcritos:

Após a leitura o Presidente falou se todos estiverem de acordo vai colocar os projetos em discussão e não havendo objeção por parte dos vereadores foi feita a leitura dos pareceres jurídicos e das comissões permanentes os quais manifestaram pela legalidade e constitucionalidade dos mesmos. Colocando os projetos em votação sendo o **Projeto de Lei nº 25 de 28 de Fevereiro de 2019 que dispõe sobre crédito adicional especial para compra de material de consumo para atenção básica recurso convênio; Projeto de Lei nº 26 de 28 de Fevereiro de 2019 que dispõe sobre crédito adicional especial para compra de consultório odontológico com recurso do ministério da saúde.** Os dois foram aprovados com oito votos favoráveis. O Presidente disse que o Projeto de Lei Complementar nº 24 de 19 de Dezembro de 2017 que disciplina o exercício do comércio ambulante em logradouros e vias públicas no município, e o Projeto de Lei Ordinária nº 22 de 14 de Fevereiro de 2019 que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para construção do estacionamento da praia artificial vai ficar para melhor análise. Falou que o vereador Renato Antônio pediu mais prazo para estudar o Projeto dos ambulantes, com relação ao Projeto de Lei nº 22/2019 o vereador Flávio vai reunir com o pessoal do turismo para levantar dúvidas e sugestões. Deixando a palavra livre o vereador Darcio disse que foi convidado pelo Padre João Veloso juntamente com o vereador Renato José para participar do tema da Campanha da Fraternidade que é "Fraternidade e Políticas Públicas", falou que o Padre não estendeu muito o assunto porque o tempo foi curto por isso não convidou os demais vereadores. Ainda com a palavra o vereador teceu comentários sobre a Coposa e sobre a renovação do contrato com a empresa e pediu ao Presidente desta Casa para postar no site da Câmara o contrato e o relatório da CPI da Copasa para conhecimento de todos. O vereador Flávio usando a palavra fez seus cumprimentos e disse que quanto ao Projeto de Lei nº 22/2019 que trata de abertura de crédito para construção do estacionamento da praia artificial de Capitólio, vai reunir com as associações turísticas e demais interessados para discutir se realmente tem necessidade de construir o estacionamento da prainha de Capitólio. Aproveitando a oportunidade o vereador pediu que faça uma indicação pedindo que seja feito os reparos necessários e limpeza da estrada Capitólio/Guapé em dois pontos (200 metros após o trevo da Ponta do Sol) e (500 metros antes da divisa), devido as constantes chuvas derrubaram o barranco nestes dois pontos e invadiram a pista. O vereador Renato José usando a palavra pediu encarecidamente um esclarecimento do Poder Executivo relativo ao departamento de obras que tome providências na manutenção das estradas rurais de todo município. Deixou claro que os vereadores solicitam o serviço, mas quem tem autonomia para execução é o Chefe do Executivo. Ainda comentou sobre a falta de iluminação ao redor da Igreja Matriz que está muito precária. Falou também que tem lâmpadas queimadas da iluminação na orla. O vereador Darcio usando a palavra comentou sobre a Praça da Matriz e pediu novamente uma indicação pedindo que seja realizada a pintura na rampa de acesso a cadeirantes e deficientes que dá entrada na lateral da Praça da Matriz, porque

infelizmente tem condutores que usam a vaga destinadas para cadeirante e deficientes. O vereador Renato Antônio teceu comentário sobre a construção dos banheiros da praça da Matriz, falou que foi informado pelo Chefe do Executivo que já foram publicados editais para esta finalidade várias vezes mas por motivos burocráticos não foi possível finalizar o processo licitatório para realizar a construção dos banheiros, por falta de empresas participantes. Fazendo uso da palavra o vereador Alisson falou que foi encaminhado ofício com o relatório da CPI da Copasa para a promotora e perguntou se a Câmara teve alguma resposta. Em resposta o assessor jurídico disse que não teve manifestação por parte da promotora de Piumhi sobre a tomada de qualquer medida, porém foi concluído no relatório da CPI que é mais fácil uma decisão política de não renovação do contrato do que jogar mais responsabilidade no Ministério Público. Não foi especificamente pedida uma medida judicial para o Ministério Público. Uma ação no Ministério Público pode demorar no mínimo de cinco a seis anos e o contrato da Copasa vence no ano de 2020. O vereador Alisson comentou que mesmo depois da CPI os problemas de falta de água ainda continua e que falta dois anos para o final do contrato, não sabe se vai renovar, mas em seu entendimento não deveria renovar. Falou que a Copasa perfurou dois poços artesianos na Ponta do Sol para atender a região. O vereador comentou também sobre o aumento dos cachorros nas rua da cidade, deve ser tomada providências urgentes nestes dois casos, os cachorros de rua e a Copasa. Ainda com a palavra o vereador Alisson falou a respeito da travessia fácil e quebra mola falou que em reunião com o Prefeito foi falado que o departamento de engenharia do Município está estudando a instalação de semáforo em alguns pontos da cidade e ou talvez a instalação de radar porque também inibe a velocidade sem a necessidade de quebra mola. O Presidente lembrou a todos os vereadores da reunião de Furnas na próxima quarta-feira dia 13 de março às 8:00 horas na Hidrelétrica de Furnas, disse que foi confirmada a presença da diretoria técnica para a reunião onde será demonstrado os laudos da barragem do Dique disse que depois na reunião em Furnas será feita a visita na barragem do Dique em Capitólio. Disse que devido aos rompimentos das barragens a Câmara está com ação preventiva, pois tem a barragem do Dique que está bem próxima da cidade. O Presidente pediu a presença de todos os vereadores e do assessor jurídico, falou que será comentado também nesta reunião sobre o canal do Rio Piumhi. E não havendo mais nada a tratar o Presidente declarou encerrada a sessão do dia. E eu secretário lavrei a presente Ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes. Capitólio, sala das sessões 11 de Março de 2019.

